

ESP-PENIT. DE VALPARAISO

Estudo Técnico Preliminar 13/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00156324/2026-80

2. Descrição da necessidade

Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis

O presente Estudo Técnico Preliminar busca solução para demanda de fornecimento de alimentação, para o período de **maio a agosto de 2026**, para os reeducandos que cumprem pena privativa de liberdade neste Complexo Penal de Valparaíso. A aquisição de gêneros alimentícios é fator contudente para o bom desempenho das atividades desenvolvidas, para manter a ordem e segurança da Unidade, conforme o artigo 12 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Essa demanda tem a necessidade de fornecer refeições balanceadas, nutricionalmente, harmonizadas, regionalizadas e seguras, como constituintes da alimentação aos sentenciados e servidores segundo a cultura regional. Insta ressaltar que o fornecimento de alimentação tem por diretriz o cardápio padrão instituído através de ofício circula SAP-OFI20224087 e artigo 1º do Decreto Estadual nº 43.339 de 21 de julho de 1998, Resolução SAMSP 16/98 e suas alterações de acordo com a Resolução SOG-9, de 14-09-2021, sendo itens relacionados nos anexos da resolução supracitada e seguidos conforme o cardápio padrão instituído em setembro de 2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Formação Educacional , Trabalho e Capacitação Profissional	Ricardo Poi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O prazo de entrega dos bens compreende o período de maio a agosto de 2026, no seguinte endereço:

MUNICIPIO	ENDEREÇO	TELEFONE
VALPARAISO /SP	<u>COMPLEXO PENAL DE VALPARAISO</u> ESTRADA MUNIC. VPS 012/VPS 351 KM 02 - PENITENCIARIA DE VALPARAISO - CENTRO DE PROGRESSÃO PENIT. DE VALPARISO	18 - 3401-8200 18 - 3401-4400

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses, de janeiro a abril de 2026, contados do(a) assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do artigo 6º inciso X, da Lei nº 14.133.

A vigência do contrato não ultrapassará o exercício financeiro. Os bens ora pretendidos pela Administração enquadram-se na categoria de bens considerados comuns de uso geral.

Por se tratar de bens comuns, existe no mercado uma vasta gama de fornecedores que trabalham com os itens em questão, de modo que não existe no processo em tela, algum requisito que limite a participação de fornecedores.

O padrão de qualidade do material ofertado será avaliado, e deverá estar certificado, segundo os padrões usuais de mercado e demais características e especificações técnicas exigidas pelos órgãos de controle competentes.

4.2 Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

A quantidade dos itens em questão se justifica pela necessidade de suprir a alimentação dos sentenciados e funcionários.

5. Levantamento de Mercado

Quanto ao levantamento de mercado, insta registrar que para especificação do objeto será observada a descrição estabelecida pelo Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras (SIAFÍSICO), e Catálogo de Materiais Compras Gov.

Quanto à demonstração de que se trata de bem de natureza comum, os GENEROS ALIMENTÍCIOS se enquadram no conceito: “bens comuns são aqueles rotineiros, usuais, padronizados, sem maiores complexidades ou que dispensem especialização e podem ser definidos no edital mediante especificações reconhecidas pela experiência e tradição do mercado (Manual do Pregão Eletrônico - Sefaz /SP)”.

Quanto as possíveis formas de atender ao aludido, podemos enumerar da seguinte forma:

1. Licitação: A administração pública pode realizar um processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios os, sendo obrigatória a observação da legislação específica para essa modalidade de compra.
2. Registro de preços: A administração pública pode realizar um registro de preços para aquisição dos gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros, possibilitando a compra dos produtos pelos órgãos públicos a preços previamente fixados.
3. Contratação direta: Em casos de situações emergenciais ou de pequeno valor, a administração pública pode realizar a contratação direta de fornecedores de gêneros alimentícios .
4. Consórcios públicos: A administração pública pode se associar a outros entes federativos para realizar a compra conjunta de gêneros alimentícios , buscando melhores condições de preço e qualidade dos produtos.
5. Doações: Em situações de calamidade pública ou emergência, a administração pública pode receber doações de gêneros alimentícios de empresas, entidades beneficentes ou cidadãos, para distribuição à população necessitada. Em outro ponto de vista ao analisar as alternativas possíveis para a contratação de fornecimento de gêneros alimentícios, podemos observar que:

Quanto a possibilidade de aquisição por Registro de preços, não se aplica ao objeto, visto que é possível mensurar o quantitativo /unidades certas para contratação.

Quanto a possibilidade de contratação por Dispensa de Licitação, apesar da opção de ser mais célere, a Unidade incorrerá em caracterização do fracionamento da despesa, e esta ocorrência é proibida por lei, e ainda ultrapassa o limite previsto no Federal Decreto 11.871/2023, o que por si só afasta estes meios. Nestes termos, cumpre esclarecer que o fracionamento ocorre quando são realizadas, no mesmo exercício, mais de uma compra direta de objetos de mesma natureza que somadas ultrapassem o limite legal quando somadas.

Em relação a contratação por Consórcios Públicos, pode envolver uma complexidade administrativa maior, o que pode demandar mais tempo e recursos por parte das organizações envolvidas, pode haver ainda o risco de desabastecimento de alimentos , causando transtornos ao reabastecimento de estoque destas Casas Penais.

Portanto, considerando a análise das alternativas possíveis, a aquisição de gêneros alimentícios para consumo deste Complexo penal, através de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** do ponto de vista técnico e econômico, oferece condições da Unidade adquirir o produto em tempo hábil para fornecimento a população carcerária sem correr o risco de desabastecimento, além de potencialmente reduzir custos de aquisição mediante a disputa entre fornecedores, sendo que, qualquer empresa do ramo é capaz de fornecer os materiais em estudo no presente ETP.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto, caracterizado como de natureza comum, será adquirido em conformidade com os regramentos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, do tipo menor preço, através do sistema Compras.gov.br, de responsabilidade do Governo Federal.

6.2. Os itens serão fornecidos de maneira parcelada, visando atender as necessidades da população carcerária e servidores do Complexo Penal .

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram levantadas pelo Serviço de Formação Educacional , Trabalho e Capacitação Profissional, considerando as quantidades em estoque para o período da contratação e o atendimento do Cardápio Padrão, através de Ofício Circular SAP, de 23/03/2022.

Os itens, códigos, quantidades e unidade de fornecimento serão parte integrante do Termo de Referência a ser elaborado para integrar o processo de compra.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.499.913,00

Os preços referenciais dos itens serão levantados a partir de pesquisa no portal do compras.gov.br e sistema SIAFISCO, em atendimento ao Decreto Estadual 67.888 de 17/08/2023.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em acolhimento ao disposto no artigo 40, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, os itens pretendidos serão licitados por itens, e a entrega parcelada para garantir a não deteriorização dos gêneros alimentícios e visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado a fim de fomentar a ampliação da disputa entre os licitantes, para obtenção da proposta mais vantajosa, conferindo maior economicidade à administração.

Os itens desta aquisição não guardam dependências de funcionamento entre si, cumprindo o seu uso ideal sem depender de outro item deste procedimento licitatório. Desta forma, a opção de licitar por item não acarreta prejuízo algum para o procedimento ou para os fornecedores que participarão do certame.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

10.1. A contratação em tela está alinhada ao planejamento e previsões de contratações – PCA 2026, conforme informações a seguir :

COMPLEXO PENAL DE VALPARAISO – 380168 – PCA 2026

I. Id pca PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/96291141000180/2026/81>

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025

III) Id do item no PCA: 62 À 64, 68 À 88

IV) Classe/Grupo: 8955, 8910,8920,8945,8905,8925,8915,8950

V) Identificador da Futura Contratação: 380168-60/2026, 380168-62/2026

alinhada ao Plano Anual de Contratação - PAC 2026 e o Planejamento e Gerenciamento de Contratações PGC .

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição dos itens deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios oriundos da contratação deste processo licitatório tratam-se de que não haja a interrupção do fornecimento de alimentação aos custodiados, bem como para a manutenção da segurança e disciplina. Sendo assim, a melhor solução para que a administração atinja o objetivo pretendido, ou seja, a realização da aquisição dos bens por processo licitatório do tipo menor preço, na modalidade de pregão eletrônico.

13. Providências a serem Adotadas

13.1.A contratação será fiscalizada pela comissão de recepção de material, com competência para exercer esta função. Quanto à organização do ambiente, a unidade possui almoxarifado e câmara fria adequados para o recebimento e distribuição dos bens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Por se tratar de aquisição de gêneros alimentícios, o armazenamento, o manuseio e o descarte dos mesmos devem ser realizados de forma adequada, atendendo as normas legais vigentes atinentes ao item e suas especificações, tanto em sua

produção, transporte e armazenamento.
Sendo assim, não haverá risco de impacto ambiental

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica o enquadramento do presente, para o melhor aproveitamento dos recursos e a ampliação da competitividade, as peculiaridades do mercado e a época do ano.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCE MARTINELLI QUEIROZ BONATTO

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 14:00:51.

THIAGO GONFIANTINI JUNQUEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 14:22:27.